Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N. º 16/2026

Ampla Participação

EDITAL DE LICITAÇÃO

Regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 7.500 de 01 de dezembro de 2022.

Interessado: SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

Órgãos Interessados: SEMAE.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de Disputa: ABERTO

Objeto: *REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA, DETECÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE VAZAMENTOS OCULTOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL POR MEIO DE GEOFONAMENTO ELETRÔNICO E CORRELACIONADORES DE RUÍDOS, INCLUINDO EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS, INDICAÇÃO PRECISA DOS PONTOS DE VAZAMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS VAZAMENTOS.*

O objeto está fundamentado (art. 18, I e II da Lei nº 14.133/2021):

I - Estudo Técnico Preliminar – ETP 16 (ANEXO I);
II - Termo de Referência – TR 16 (ANEXO II).

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Período de recebimento das propostas:
Das 08h do dia 15 de setembro de 2026 até às 08h do dia 29 de setembro de 2026, através do Portal de Compras Públicas.

Início da Sessão de Disputa de Preços (lances):
Dia 29 de setembro às 08h01min, através do Portal de Compras Públicas.

Apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO pelo licitante com a melhor proposta:
Até 02 (duas) horas a contar do momento que for declarada a melhor proposta

Local:
Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br

Em virtude desta municipalidade optar por realizar Pregão Eletrônico, caso os fornecedores tenham alguma dúvida quanto a este certame, solicita-se que entrem em contato através do telefone (49) 36436300, com Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de São José do Cedro/SC.

1. PREAMBULO

O Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA, designado pelo Decreto n. 7.964/2024, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 16/2026, na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Legislação Municipal 7.495/2022 e demais legislação vigentes e pertinentes à matéria.

a. A convocação dos interessados dar-se-á através da publicação de aviso no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Oficial dos Municípios (DOM), Site do Município de São José do Cedro e jornal diário de grande circulação local. A disponibilização gratuita do Edital completo na Internet se dá através do Site do Município (saojosedocedro.atende.net) e através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

2. DO OBJETO e JUSTIFICATIVA

A presente Licitação tem por objeto ***REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA, DETECÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE VAZAMENTOS OCULTOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL POR MEIO DE GEOFONAMENTO ELETRÔNICO E CORRELACIONADORES DE RUÍDOS, INCLUINDO EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS, INDICAÇÃO PRECISA DOS PONTOS DE VAZAMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS VAZAMENTOS.***

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS EM REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS, TAIS COMO GEOFONES E CORRELACIONADORES DE RUÍDOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO SEMAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC.	METROS LINEAR	90.000,00	1,21	108.900,00

Justificativa: O presente processo tem por objetivo de registro de preço para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável por meio de geofonamento eletrônico e correlacionadores de ruídos, incluindo emissão de relatórios técnicos, indicação precisa dos pontos de vazamento e acompanhamento da execução dos mesmos.

2. O presente processo licitatório não concederá o benefício de participação exclusiva para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, para itens ou lotes com valor superior a R$ 80.000,00, em razão da necessidade de ampliar a competitividade e evitar prejuízos à Administração Pública.

Contudo, será assegurado às ME e EPP o benefício previsto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, garantindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, quando houver restrição.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

a) Os Recursos serão oriundos de recursos próprios do Município.

4. DO CREDENCIAMENTO.

1) O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO em sua FORMA ELETRÔNICA.
2) O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br;***
3) O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
4) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
5) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
6) A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

1) Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.**
2) Para fins de gozo dos benefícios dispostos na **Lei Complementar nº 123/2006** e alterações, os proponentes deverão:

I -Apresentar **Certidão Simplificada** comprovando que a empresa está enquadrada como "**ME ou EPP"**.

3 - No presente processo licitatório serão observados os benefícios previstos nos Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Contudo, não será aplicada a exclusividade de participação para MEI, ME e EPP, tendo em vista que o valor do lote ultrapassa o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo, portanto, de ampla participação.

6. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

I -São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

7) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

1) Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU):

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

2) A consulta será feita no seguinte link: https://certidoes.cgu.gov.br/
3) A consulta aos cadastros acima referidos **será** realizada **em nome do fornecedor**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).
4) A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal[1].

[1] **Contratação inidônea**
Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:
Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.
§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:
Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

5) constatada a existência de qualquer sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

1) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

2) A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

3) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

4) Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

5) A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

1) Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*;

b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – *Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*;

c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – *Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971*.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2) Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

1) Para este certame, a sequência das fases será (art. 17, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

1º PROPOSTA;

2º HABILITAÇÃO.

2) A fase recursal será única (art. 165, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021).

3) Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;

II - Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;

III - Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

IV - Encaminhar proposta na plataforma indicada no preâmbulo;

V - A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

4) O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal[2].

4.1) Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.2) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

4.3) No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio https://saojosedocedro.atende.net/.

5) Quanto aos lances:

I - Os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, crescentes sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários (iguais ou superiores ao menor já ofertado) quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta;

II - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa.

6) Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

a. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTES CAMPOS:

I - Valor unitário e total para cada item em moeda corrente nacional;
II - Marca de cada item ofertado;

b. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

c. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

d. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

e. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

f. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

1) A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;
2) Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

3) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

4) Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

I - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste edital.

5) Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6) O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9 Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "ABERTO"

10 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

12 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

13 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

14 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

15 A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

16 A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

17 Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

18 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) A PREGOEIRA poderá admitir o reinício da disputa aberta.

19 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

22 No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.500 de 01 de dezembro de 2022.

26 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

28 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

30 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

31 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

32 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV -Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

34) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

35) Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

36) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

37) A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

38) Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

39) A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

40) Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

1) Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

2) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

I - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

3) Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

4) Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, e a ocorrência será registrada em ata;

5) A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

I - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.;

II - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7) Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8) A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

I - Nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9) Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10) Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

1) Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual deverá apresentar os documentos na data e hora informados no preâmbulo.

1.1). Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

2) Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006:

I - Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43);

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º);

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º).

3) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei nº 14.133/2021):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

3.1) Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

4) Documentos a serem apresentados (art. 62 ao 70 da Lei nº 14.133/2021):

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

4.1) PESSOA JURÍDICA:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

a) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como:

i) Estatuto ou contrato social;
ii) Ato constitutivo;
iii) Registro comercial;
iv) Decreto de autorização.

II - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Cartão CNPJ;
b) Regularidade com a Fazenda federal e com a Seguridade Social: Pessoa Jurídica: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir
c) ***Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;***
d) Regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
e) Regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;
f) Regularidade com FGTS:https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
g) Regularidade com a Justiça do Trabalho: https://www.tst.jus.br/certidao1
h) **Certidão Simplificada,** emitida pela Junta Comercial para comprovação que a empresa está enquadrada como "**ME ou EPP"**.

Obs.: Para empresas do tipo "MEI" não será necessário a apresentação da Certidão Simplificada, conforme resolução CGSIM nº 48, de 2018: art. 44.

III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a)Registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente CREA ou CAU, do Estado sede da empresa, VÁLIDA, comprovando o registro e regularidade da empresa junto ao órgão;
b)Registro ou inscrição da pessoa física do responsável técnico na entidade profissional competente CREA ou CAU, do Estado sede da empresa, VÁLIDA, comprovando o registro e regularidade da empresa junto ao órgão;
c) O vínculo do profissional com a empresa, poderá ser comprovado através de:

- Registro profissional na carteira do trabalho acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa; ou
- Contrato de Prestação de Serviço registrado no órgão competente, que comprove a vinculação e responsabilidade; ou
- Certidão de Pessoa Jurídica determinando o responsável técnico; ou
- Na hipótese do sócio ser também o responsável técnico pela empresa, poderá ser comprovado através do Contrato Social ou Alteração Contratual.

d) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da proponente, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, contratante dos serviços, que comprove(m) a execução de serviços com características técnicas similares ou superiores ao objeto deste edital. Os atestados deverão estar devidamente acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas pelo conselho profissional competente, de modo a comprovar a execução de serviços compatíveis em características e em quantidades consideradas pertinentes e suficientes em relação à obra licitada.
5) Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.
6) Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1) A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada toda preenchida conforme MODELO ANEXO I, no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:
   I - Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
   II - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
2) A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
   I - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

3) Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);
   I - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

4) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5) A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

6) As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

16. DOS RECURSOS

1) Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):
   I - Julgamento das propostas;
   II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
   III - Anulação ou revogação da licitação;
   IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.
2) Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):
   I - A 16/2026 de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
   II - A apreciação será realizada em fase única.
3) O recurso para os casos indicados no item 1:
   I - Será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021);

II - Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

III - Encerrado o prazo para apresentação das contrarrazões, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida analisará o recurso e as contrarrazões (se apresentadas) e proferirá decisão no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – primeira parte);

IV - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021 – segunda parte);

V - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

4) Dos atos que não cabem recurso, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

5) Quando aplicada sanção prevista no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - Cabe recurso (art. 166 da Lei nº 14.133/2021):

a) Sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 desta Lei;

b) Recurso deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, para apreciação e decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

d) Se não houver reconsideração da decisão, será encaminhado recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

II - Cabe pedido de reconsideração (art. 167 da Lei nº 14.133/2021):

a) Sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 desta Lei;

b) Pedido deve ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

c) Decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6) Sobre recursos e pedidos de reconsideração:

I - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021);

II - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

III - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

1) A sessão pública poderá ser reaberta:

I - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

II - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

2) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

I -A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

II - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

1) Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

2) Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

3) O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

4) Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

5) A anulação do processo de contratação induz à do contrato.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1) Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
2) O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste.
3) O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
4) O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
5) Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
6) Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
7) A contratação será formalizada através de um Contrato Administrativo que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com o Edital e o Título III, Capítulo I da Lei 14.133/2021.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021);

II - Serão registrados os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

III - Será incluído, podendo ser na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original;

a) Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

IV - O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

V - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços será respeitada nas contratações;

VI - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;

VII - O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata no prazo de 05 dias, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município;

VIII - É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

IX - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar os termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:

a) Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

X - Conforme art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada;

XI - A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XII - O compromisso de que trata o item X também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme art. 82, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

XIII - O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa;

XIV - Conforme art. 84, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021, o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços;

XV - O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVI - O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos);

XVII - Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

XVIII - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, ocorrendo negociações junto aos fornecedores;

XIX - A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados;

XX - O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa;

XXI - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:

a) O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

XXII - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

c) Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

XXIII - O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor;

c) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

d) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;

e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) Sofrer sanção prevista no inciso III (impedimento de licitar e contratar) ou IV (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

g) For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.

XXIV - O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa

XXV - Conforme determinação do art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à ata de registro de preços gerenciada por este Município.

2) GESTÃO DA ATA

Atuará como gestor: Flávio Dockhorn, Diretor do SEMAE.

3) FISCALIZAÇÃO DA ATA

Atuará como fiscal: Diego Smanhotto, engenheiro Sanitarista.

21. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

21.1 Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

22. DA EXECUÇÃO

22.1 Conforme Termo de Referência em anexo.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

1) São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

I - Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

II - Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

III - Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

IV - Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

V - Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

2) Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo II, Termo de Referência do edital.

24. DO PAGAMENTO.

1) O pagamento dos fornecimentos efetuados será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, que irá ocorrer em ordem cronológica, após 10 (dez) dias do recebimento das notas fiscais pela contabilidade, e de acordo com a liberação dos recursos financeiros, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

25. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

1) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*.

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 20% do valor do contrato	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São José do Cedro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II, III,IV, V, VI, VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII, IX, X, XI, XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

3) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4) Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II - Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

7) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

10) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

11.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

12) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de São José do Cedro - SC, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

12.1) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

1) **Qualquer pessoa** é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

1.1) A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.2) Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a pregoeira, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021).

2) Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

4) Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

5) A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

1) Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

2) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

3) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
4) No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
5) A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
6) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
7) Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
8) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
9) O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
10) O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
11) A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
12) Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
13) O Município, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório
14) A anulação do pregão induz à do contrato.
15) A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar
16) É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
17) O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, no endereço eletrônico: https://saojosedocedro.atende.net/ do Município e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.
18) Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3643-6300.
19) As Partes se comprometem a cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, disposta na Lei nº 13.709/2018 - **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).**
20) A realização do tratamento dos dados pessoais deve seguir as seguintes instruções fornecidas pela CONTRATANTE à CONTRATADA:

I - A coleta, o armazenamento, o compartilhamento e o tratamento dos dados das partes integrantes desta relação jurídica serão realizados exclusivamente para finalidades relacionadas com o contrato, não podendo utilizá-los para outros fins econômicos e/ou comerciais divergentes, nem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

II - Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço.

21) A CONTRATANTE tratará os dados pessoais somente para executar as suas obrigações contratuais.

22) As Partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento dos dados poderão ser revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e, portanto, se comprometem à informar uma a outra a respeito de eventuais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.

23) A contratada está ciente de que, igualmente, deve se adequar à Lei – LGPD, cumprindo as suas determinações e aplicando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, protegendo desta forma a CONTRATANTE e a relação contratual;

24) Na ocorrência de qualquer incidente, especialmente quando houver vazamento no tratamento dos dados que manuseia, a contratada fica obrigada a notificar imediatamente a CONTRATANTE e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme o art. 48 da Lei – LGPD.

25) O CONTRATANTE se compromete a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, especialmente em relação à necessidade de obter consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, se for o caso;

26) O licitante para ter conhecimento da política de privacidade do Município, deverá acessar o *link* *https://saojosedocedro.atende.net/transparencia/item/lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd* e para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail lgpd@prefcedro.sc.gov.br.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

1) Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar – ETP
ANEXO II - Termo de Referência – TR
ANEXO III - Modelo de proposta de preços;

São José do Cedro, 14 de setembro de 2026.

FLAVIO DOCKHORN:05253485902

Assinado de forma digital por FLAVIO DOCKHORN:05253485902
Dados: 2026.09.14 11:19:04 -03'00'

Flávio Dockhorn
Diretor do SEMAE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Município de São José do Cedro/SC
Entidade Requisitante: Serviço Municipal de Agua e Esgoto – SEMAE.
Entidade Participantes: Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE.
Necessidade da Entidade: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável por meio de geofonamento eletrônico e correlaciona dores de ruído, incluindo emissão de relatórios técnicos e indicação precisa dos pontos de vazamento no Município de São José do Cedro.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente processo tem por objetivo de registro de preço para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável por meio de geofonamento eletrônico e correlaciona dores de ruído, incluindo emissão de relatórios técnicos e indicação precisa dos pontos de vazamento.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA nº 145/2026, do Município, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o atendimento da necessidade identificada, a empresa contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e profissional para a execução dos serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável, utilizando equipamentos de geofonamento eletrônico e tecnologias complementares compatíveis com a natureza dos serviços.
Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados e experientes, observando as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia e as orientações da Administração Municipal.
A contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

- Equipamentos de geofonamento eletrônico em perfeito estado de funcionamento, com tecnologia adequada para detecção de vazamentos não visíveis;
- Equipamentos auxiliares, quando necessários, como correlaciona dores de ruído, hastes de escuta, sensores, GPS ou outros instrumentos que contribuam para a precisão da localização dos vazamentos;
- Equipe técnica qualificada para operação dos equipamentos e emissão dos respectivos relatórios técnicos;
- Veículos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais recursos necessários à execução dos serviços, sendo todos os custos de responsabilidade da contratada.

Os serviços deverão ser executados mediante solicitação da Administração, por meio de Ordem de Serviço, observando os prazos estabelecidos no Termo de Referência.
Ao término de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico contendo, no mínimo:

- Identificação da Ordem de Serviço;
- Data e local da inspeção;
- Trechos da rede inspecionados;
- Localização precisa dos vazamentos detectados;
- Estimativa da profundidade do vazamento, quando tecnicamente possível;

- Coordenadas geográficas, quando aplicável;
- Registro fotográfico, sempre que possível;
- Recomendações técnicas para facilitar a execução do reparo.

Como requisito de habilitação técnica, poderá ser exigida da licitante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando
Experiência na prestação de serviços de detecção de vazamentos por geofonamento ou serviços de natureza semelhante.
A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes da execução contratual.
A execução dos serviços será fiscalizada por servidor designado pela Administração, que verificará a conformidade dos serviços prestados com as especificações contratuais, podendo solicitar esclarecimentos, correções ou complementações sempre que necessário.
Por se tratar de serviço de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, a contratação é compatível com a realização de **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo critério de **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente estimativa refere-se à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável por meio de geofonamento eletrônico e correlaciona dores de ruído, incluindo emissão de relatórios técnicos e indicação precisa dos pontos de vazamento.

A quantidade estimada contempla a demanda prevista para o período de vigência contratual, considerando a rotina operacional da unidade e a necessidade de manutenção preventiva e corretiva do sistema de agua.

A seguir, apresenta-se o quadro-resumo da estimativa:

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Requisição
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS EM REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS, TAIS COMO GEOFONES E CORRELACIONADORES DE RUÍDOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO SEMAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC	METRO LINEARES	90.000,00

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Durante a fase de planejamento da contratação, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de identificação e localização de vazamentos ocultos na rede de distribuição de água do Município.
Verificou-se a existência das seguintes alternativas:

a) Execução direta pelo Município com equipe própria

Consiste na aquisição de equipamentos de geofonamento eletrônico e na capacitação de servidores municipais para realização das inspeções.
Embora essa alternativa proporcione autonomia operacional, sua implementação demandaria investimento inicial elevado para aquisição de equipamentos especializados, treinamento técnico contínuo, manutenção dos equipamentos, calibração periódica e disponibilidade permanente de equipe capacitada. Além disso, o Município não dispõe atualmente de estrutura técnica e operacional suficiente para execução eficiente e imediata dos serviços.

b) Locação de equipamentos de geofonamento

Consiste na locação temporária de geofones eletrônicos e equipamentos auxiliares, mantendo a execução dos serviços sob responsabilidade de servidores municipais.

Essa alternativa reduz o investimento em aquisição dos equipamentos, porém mantém a necessidade de mão de obra técnica especializada, treinamento dos operadores, responsabilidade pela correta utilização dos equipamentos e disponibilidade de servidores para atendimento das demandas, não eliminando as limitações operacionais atualmente existentes.

c) Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços

Consiste na contratação de empresa que disponibilize simultaneamente equipe técnica qualificada, equipamentos de geofonamento, veículos, ferramentas e demais recursos necessários à execução dos serviços.

Essa alternativa é amplamente ofertada no mercado nacional por empresas especializadas em controle de perdas e detecção de vazamentos em sistemas de abastecimento de água. O modelo permite atendimento sob demanda, maior agilidade na identificação dos vazamentos, utilização de tecnologias atualizadas e transferência dos custos de manutenção e atualização dos equipamentos para a contratada.

d) Utilização de métodos convencionais de inspeção

Consiste na realização de buscas por vazamentos apenas por indícios visuais, escavações exploratórias ou monitoramento de reclamações da população.

Trata-se de alternativa de baixa eficiência, com maior tempo de resposta, elevado índice de escavações desnecessárias, aumento dos custos operacionais e dificuldade de localização precisa de vazamentos subterrâneos, especialmente em áreas pavimentadas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R$ 108.900,00.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com os preços praticados no mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 7.497/2022, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São José do Cedro – SC, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A pesquisa de preços foi realizada mediante solicitação de orçamentos diretamente a três empresas especializadas na prestação dos serviços objeto da contratação. Considerando a especificidade dos serviços e a disponibilidade de fornecedores aptos à sua execução, adotou-se como referência para a estimativa o menor valor dentre os orçamentos válidos obtidos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela legislação aplicável.

Dessa forma, entende-se que os valores representam adequadamente a realidade de mercado, observando os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de geofonamento, destinados à pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos na rede de distribuição de água do Município, utilizando equipamentos eletrônicos de alta precisão e mão de obra técnica qualificada.

A execução dos serviços compreenderá a inspeção de redes de abastecimento de água, mediante o emprego de geofones eletrônicos e, quando necessário, de equipamentos complementares, como correlaciona dores de ruído e outros dispositivos de detecção acústica, visando identificar com precisão os pontos de vazamento subterrâneo, minimizando intervenções desnecessárias e reduzindo o tempo de resposta para realização dos reparos.

Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço, abrangendo todas as despesas necessárias à sua

execução, inclusive mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, combustíveis, materiais de consumo, equipamentos de proteção individual (EPIs), tributos e demais encargos.

Ao final de cada atendimento, a contratada deverá fornecer relatório técnico contendo, no mínimo, a identificação do trecho inspecionado, localização precisa dos vazamentos detectados, profundidade estimada (quando possível), coordenadas geográficas (quando aplicável), registros fotográficos e demais informações necessárias para subsidiar as equipes responsáveis pelos reparos.

A contratação permitirá ao Município atuar de forma preventiva e corretiva no combate às perdas físicas de água, proporcionando maior eficiência operacional, redução do índice de perdas no sistema de abastecimento, diminuição de custos com escavações exploratórias e reparos desnecessários, preservação dos recursos hídricos e melhoria da continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

Considerando que o Município não dispõe de equipamentos especializados nem de equipe técnica capacitada para a realização dos serviços com a eficiência e a precisão exigidas, a contratação de empresa especializada representa a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo a utilização de tecnologia adequada, atendimento tempestivo das demandas e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Verificou-se que não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação, tendo em vista que os serviços de geofonamento constituem um conjunto integrado de atividades, cuja execução exige planejamento, coordenação e responsabilidade técnica unificada.

A eventual divisão do objeto entre diferentes contratadas poderia ocasionar dificuldades na gestão e fiscalização contratual, divergências quanto à metodologia empregada, incompatibilidade entre os relatórios técnicos apresentados, além de possíveis conflitos na definição de responsabilidades pelos serviços executados, comprometendo a eficiência e a qualidade dos resultados esperados.

Além disso, a execução por uma única empresa assegura a padronização dos procedimentos, a utilização de metodologia uniforme, a integração entre equipe técnica e equipamentos especializados, maior agilidade no atendimento das Ordens de Serviço e melhor controle da Administração sobre a execução contratual.

Ressalta-se que o objeto é indivisível do ponto de vista funcional, uma vez que a prestação dos serviços envolve atividades interdependentes que devem ser executadas de forma coordenada para garantir a correta identificação dos vazamentos e a confiabilidade dos resultados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único (preço global) é a alternativa que melhor atende ao interesse público, proporcionando maior eficiência operacional, simplificação da gestão e fiscalização do contrato, economicidade administrativa e segurança na execução dos serviços, sem restringir a competitividade do certame, considerando que há número suficiente de empresas aptas a executar integralmente o objeto licitado.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação dos serviços de geofonamento, a Administração pretende alcançar resultados que promovam maior eficiência na gestão do sistema de abastecimento de água, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços públicos e para a racionalização da aplicação dos recursos públicos.

Os principais resultados esperados são:

- Redução das perdas físicas de água decorrentes de vazamentos ocultos na rede de distribuição, mediante sua identificação precoce e precisa;
- Diminuição do desperdício de água tratada, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e para a sustentabilidade ambiental;
- Agilidade na localização dos pontos de vazamento, reduzindo o tempo necessário para execução dos reparos pela equipe de manutenção;

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

- Redução de escavações desnecessárias, minimizando danos ao pavimento, calçadas e demais estruturas urbanas, bem como os custos associados à recomposição desses locais;
- Melhoria da eficiência operacional do sistema de abastecimento de água, com redução dos custos decorrentes das perdas e das intervenções corretivas;
- Otimização da utilização dos recursos humanos e materiais da Administração, permitindo que as equipes de manutenção atuem de forma mais direcionada e eficiente;
- Disponibilização de informações técnicas confiáveis, por meio de relatórios emitidos pela contratada, subsidiando o planejamento das ações de manutenção preventiva e corretiva;
- Melhoria da continuidade e da qualidade do abastecimento de água à população, reduzindo interrupções no fornecimento ocasionadas por vazamentos não identificados;
- Atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Espera-se, ainda, que a contratação contribua para a redução dos índices de perdas no sistema de distribuição de água, possibilitando melhor gestão do patrimônio público, maior controle operacional da rede e incremento da eficiência dos serviços prestados pelo Município, gerando benefícios diretos à Administração e à população atendida.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A Secretaria de Administração, indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Gestor: Atuará como gestor Diretor Geral Senhor Flavio Dockhorn.

Fiscal: O fiscal será Engenheiro Sanitarista Diego Smanhotto.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes identificadas, visto que os itens podem ser adquiridos e instalados de forma independente.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de geofonamento tem como finalidade principal a detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água, contribuindo diretamente para a redução do desperdício de recursos hídricos e para a melhoria da eficiência do sistema de abastecimento.

De modo geral, a execução dos serviços apresenta baixo potencial de impacto ambiental, uma vez que se trata predominantemente de atividade de inspeção e diagnóstico, realizada mediante a utilização de equipamentos eletrônicos e técnicas de detecção acústica, sem necessidade de intervenções físicas significativas no solo.

Entre os possíveis impactos ambientais relacionados à execução dos serviços, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos, decorrentes de eventuais atividades de apoio, manutenção ou substituição de componentes e materiais utilizados durante a execução dos serviços;
- Emissão de gases poluentes, decorrente do deslocamento dos veículos utilizados pela contratada para atendimento das Ordens de Serviço;
- Consumo de combustíveis e energia elétrica, relacionados à utilização de veículos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- Possíveis intervenções pontuais em vias públicas, calçadas ou áreas pavimentadas, caso sejam necessárias atividades complementares para confirmação ou acesso ao local do vazamento.

Como medida de mitigação, a contratada deverá adotar práticas ambientalmente adequadas, especialmente:

- Realizar a correta segregação, acondicionamento, armazenamento e destinação dos resíduos eventualmente gerados;
- Evitar o descarte de resíduos em vias públicas, terrenos baldios, cursos d’água ou áreas ambientalmente protegidas;

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

- Utilizar os veículos e equipamentos de forma racional, mantendo-os em condições adequadas de funcionamento;
- Prevenir vazamentos de combustíveis, óleos e outros produtos potencialmente contaminantes;
- Promover a adequada recomposição dos locais eventualmente afetados pela execução dos serviços;
- Observar a legislação ambiental aplicável e as normas de segurança e saúde ocupacional;
- Priorizar, sempre que possível, métodos não destrutivos de investigação, reduzindo a necessidade de escavações e intervenções no solo.

Ressalta-se que o principal efeito ambiental esperado da contratação é positivo, tendo em vista que a identificação e o reparo de vazamentos ocultos contribuem para a redução do desperdício de água tratada, a conservação dos recursos hídricos e a utilização mais eficiente dos recursos naturais.

Assim, considerando a natureza predominantemente não invasiva dos serviços de geofonamento e as medidas de controle previstas, conclui-se que os impactos ambientais negativos são reduzidos, pontuais e passíveis de mitigação, enquanto os benefícios ambientais decorrentes da redução das perdas de água são relevantes e favoráveis ao interesse público.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nos estudos realizados durante a fase de planejamento da contratação, considerando a necessidade da Administração, as alternativas disponíveis no mercado, os requisitos técnicos e operacionais, a estimativa de custos e os resultados pretendidos, declara-se viável a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável, por meio de geofonamento eletrônico e equipamentos complementares, quando necessários.

A solução mostra-se adequada para atender à necessidade do Município, uma vez que permitirá a identificação precisa de vazamentos não visíveis, contribuindo para a redução das perdas físicas de água, a preservação dos recursos hídricos, a diminuição de escavações exploratórias e a otimização dos serviços de manutenção da rede de abastecimento.

A contratação de empresa especializada apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando que o Município não dispõe, atualmente, de equipamentos específicos e de equipe técnica especializada em quantidade suficiente para a execução direta dos serviços.

A solução também se mostra compatível com as condições do mercado, existindo empresas aptas a prestar os serviços objeto da contratação, mediante utilização de equipamentos adequados e profissionais capacitados.

Dessa forma, considerando os elementos constantes do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente conveniente, estando alinhada ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e busca da solução mais vantajosa para a Administração Pública, atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de São José do Cedro/SC
Entidade Requisitante: Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE
Entidade Participantes: Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável por meio de geofonamento eletrônico e correlacionadores de ruídos, incluindo emissão de relatórios técnicos, indicação precisa dos pontos de vazamento no Município de São José do Cedro e acompanhamento da execução dos vazamentos.

2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O presente processo tem por objetivo de registro de preço para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável por meio de geofonamento eletrônico e correlacionadores de ruídos, incluindo emissão de relatórios técnicos, indicação precisa dos pontos de vazamento e acompanhamento da execução dos mesmos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, estando alinhada às necessidades administrativas e aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, isonomia e interesse público.

3.1. Previsão no Plano de Contratações Anual – PCA

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA nº 145/2026, do Município, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem por finalidade a execução de serviços especializados voltados à detecção de vazamentos não visíveis no sistema de abastecimento de água. A solução visa promover a redução de perdas no sistema, melhorar a eficiência operacional, garantir a medição correta do consumo e assegurar a continuidade e qualidade do fornecimento de água à população. 4.1. Considerando o conjunto de todos os elementos de forma integrada que compõem o presente TR, espera-se que a solução pretendida atenda de forma eficiente e eficaz todas as necessidades da demanda.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Segue relação dos quantitativos a serem contratados:

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Requisição	Valores - Unitário	Valores - Total

1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS EM REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS, TAIS COMO GEOFONES E CORRELACIONADORES DE RUÍDOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO SEMAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC	METRO LINEARES	90.000,00	1,21	108.900,00
					Soma:
					108.900,00

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o atendimento da necessidade identificada, a empresa contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e profissional para a execução dos serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água potável, utilizando equipamentos de geofonamento eletrônico e tecnologias complementares compatíveis com a natureza dos serviços.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados e experientes, observando as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia e as orientações da Administração Municipal.

A contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

- Equipamentos de geofonamento eletrônico em perfeito estado de funcionamento, com tecnologia adequada para detecção de vazamentos não visíveis;
- Equipamentos auxiliares, quando necessários, como correlaciona dores de ruído, hastes de escuta, sensores, GPS ou outros instrumentos que contribuam para a precisão da localização dos vazamentos;
- Equipe técnica qualificada para operação dos equipamentos e emissão dos respectivos relatórios técnicos;
- Veículos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais recursos necessários à execução dos serviços, sendo todos os custos de responsabilidade da contratada.

Os serviços deverão ser executados mediante solicitação da Administração, por meio de Ordem de Serviço, observando os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

Ao término de cada atendimento, a contratada deverá apresentar relatório técnico contendo, no mínimo:

- Identificação da Ordem de Serviço;
- Data e local da inspeção;
- Trechos da rede inspecionados;
- Localização precisa dos vazamentos detectados;
- Estimativa da profundidade do vazamento, quando tecnicamente possível;
- Coordenadas geográficas, quando aplicável;
- Registro fotográfico, sempre que possível;
- Recomendações técnicas para facilitar a execução do reparo.

Como requisito de habilitação técnica, poderá ser exigida da licitante a comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando

Experiência na prestação de serviços de detecção de vazamentos por geofonamento ou serviços de natureza semelhante.

A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes da execução contratual.

A execução dos serviços será fiscalizada por servidor designado pela Administração, que verificará a conformidade dos serviços prestados com as especificações contratuais, podendo solicitar esclarecimentos, correções ou complementações sempre que necessário.

Por se tratar de serviço de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, a contratação é compatível com a realização de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1. Da habilitação

Habilitações prevista na lei nº. 14133/2021, conforme Art. 68 (Jurídica e Fiscal, Social e Trabalhista);

6.2. Qualificação Econômico-Financeira

Considerando que o objeto da licitação apresenta baixo risco financeiro, execução simples e pagamento condicionado à efetiva entrega/execução, a exigência de qualificação econômico-financeira não se mostra necessária para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

6.3. Qualificação Técnica

a)Registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente CREA ou CAU, do Estado sede da empresa, VÁLIDA, comprovando o registro e regularidade da empresa junto ao órgão;

b)Registro ou inscrição da pessoa física do responsável técnico na entidade profissional competente CREA ou CAU, do Estado sede da empresa, VÁLIDA, comprovando o registro e regularidade da empresa junto ao órgão;

c) O vínculo do profissional com a empresa, poderá ser comprovado através de:

- Registro profissional na carteira do trabalho acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa; ou
- Contrato de Prestação de Serviço registrado no órgão competente, que comprove a vinculação e responsabilidade; ou
- Certidão de Pessoa Jurídica determinando o responsável técnico; ou
- Na hipótese do sócio ser também o responsável técnico pela empresa, poderá ser comprovado através do Contrato Social ou Alteração Contratual.

d) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da proponente, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, contratante dos serviços, que comprove(m) a execução de serviços com características técnicas similares ou superiores ao objeto deste edital. Os atestados deverão estar devidamente acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas pelo conselho profissional competente, de modo a comprovar a execução de serviços compatíveis em características e em quantidades consideradas pertinentes e suficientes em relação à obra licitada.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:
A Contratada deverá:

Executar os serviços de acordo com as especificações, condições, prazos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, emitidas pela CONTRATANTE;

1- Disponibilizar equipe técnica devidamente capacitada e em número suficiente para a adequada execução dos serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos;

2- Disponibilizar, por sua conta e responsabilidade, todos os equipamentos, ferramentas, instrumentos, veículos, materiais e demais recursos necessários à execução dos serviços, incluindo geofones eletrônicos e equipamentos complementares, quando necessários;

3- Utilizar equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, adequados à natureza dos serviços e devidamente mantidos e calibrados, quando aplicável;

4- Executar os serviços com observância das normas técnicas aplicáveis, das boas práticas profissionais, das normas de segurança do trabalho e da legislação vigente;

5- Atender às Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos, comunicando previamente qualquer circunstância que possa comprometer o cumprimento dos prazos;

6- Realizar a pesquisa e a detecção de vazamentos de forma técnica, cuidadosa e eficiente, buscando identificar com a maior precisão possível a localização dos pontos de vazamento;

7- Fornecer à CONTRATANTE relatório técnico referente aos serviços executados, contendo, no mínimo, a identificação do local e do trecho inspecionado, os pontos de vazamento identificados, a profundidade estimada, quando tecnicamente possível, as coordenadas geográficas, quando aplicável, registros fotográficos e demais informações pertinentes;

8- Corrigir, refazer ou complementar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, os serviços que apresentarem falhas, incorreções ou divergências em relação às especificações contratadas;

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

9- Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, precisão e confiabilidade dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
10- Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
11- Fornecer e exigir de seus empregados e colaboradores o uso adequado dos equipamentos de proteção individual e coletiva necessários à execução dos serviços;
12- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE, a terceiros ou ao patrimônio público ou privado em decorrência da execução dos serviços;
13- Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
14- Manter seus empregados devidamente identificados e orientados quanto às normas de segurança, conduta e acesso aos locais de execução dos serviços;
15- Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que possa comprometer a execução dos serviços;
16- Observar as normas ambientais aplicáveis, adotando medidas para evitar a geração desnecessária de resíduos, o descarte inadequado de materiais e a contaminação do solo ou de recursos hídricos;
17- Manter sigilo sobre informações, documentos, dados técnicos e demais informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato, quando aplicável;
18- Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE e nas condições admitidas pela legislação e pelo instrumento convocatório;
19- Submeter-se à fiscalização e ao acompanhamento da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados;
20- Cumprir as determinações da fiscalização do contrato, desde que relacionadas ao objeto contratado e às condições estabelecidas no Termo de Referência;
21- Não cobrar valores adicionais por equipamentos, deslocamentos, mobilização, mão de obra, ferramentas, combustíveis ou quaisquer outros custos necessários à completa execução dos serviços, salvo aqueles expressamente previstos na contratação;
22- Cumprir integralmente as demais obrigações previstas no edital, no contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante deverá:
1- Emitir as Ordens de Compra, contendo as informações disponíveis sobre os locais, trechos da rede e necessidades de atendimento;
2- Fornecer à CONTRATADA as informações e os documentos necessários à adequada execução do objeto, incluindo, quando disponíveis, plantas, mapas, cadastros da rede de abastecimento e demais dados técnicos pertinentes;
3- Acompanhar, coordenar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor ou comissão especialmente designada;
4- Verificar a conformidade dos serviços executados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e nas respectivas Ordens de Serviço;
5- Comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas na execução dos serviços, estabelecendo prazo para sua correção, quando cabível;
6- Solicitar a correção, complementação ou refazimento dos serviços que apresentarem falhas, incorreções ou que não atenderem às especificações contratadas, sem ônus adicional para a Administração;
7- Receber e analisar os relatórios técnicos apresentados pela CONTRATADA, verificando a compatibilidade das informações com os serviços efetivamente executados;
8- Atestar a execução dos serviços, quando constatada a conformidade com as condições estabelecidas no contrato, no Termo de Referência e na Ordem de Serviço;

9- Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após a regular execução dos serviços, o recebimento definitivo e a apresentação da documentação exigida, observadas as condições e os prazos estabelecidos no contrato;
10- Prestar os esclarecimentos necessários à CONTRATADA para a execução do objeto, sempre que solicitados e quando estiverem sob responsabilidade da Administração;
11- Permitir o acesso da equipe da CONTRATADA aos locais necessários à execução dos serviços, desde que previamente autorizados e observadas as normas de segurança e os procedimentos administrativos aplicáveis;
12- Comunicar à CONTRATADA qualquer alteração ou informação relevante que possa interferir na execução dos serviços;
13- Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos da legislação aplicável, para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
14- Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa;
15- Fornecer, quando disponíveis, informações sobre ocorrências, reclamações, histórico de vazamentos e demais dados que possam auxiliar na priorização e execução dos serviços;
16- Abster-se de exigir da CONTRATADA serviços ou obrigações não previstos no objeto contratado, salvo mediante as formalidades legais cabíveis;
17- Cumprir e fazer cumprir as disposições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. Condições de execução

A execução do objeto será realizada de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da CONTRATANTE, mediante a emissão de Ordem de Compra pelo setor responsável.

A CONTRATADA deverá executar os serviços de pesquisa, detecção e localização de vazamentos ocultos em redes de distribuição de água, utilizando equipamentos apropriados e equipe técnica capacitada, observando as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A Ordem de Serviço deverá indicar, sempre que possível:

- O local ou trecho da rede a ser inspecionado;
- A extensão estimada do trecho;
- A natureza da ocorrência ou suspeita de vazamento;
- O prazo para atendimento;
- Outras informações necessárias à adequada execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá realizar a mobilização da equipe e dos equipamentos necessários ao local indicado pela CONTRATANTE, executando os serviços de forma técnica, segura e eficiente.

2. Metodologia de execução

A execução dos serviços poderá compreender, conforme a necessidade de cada ocorrência:
a) análise das informações fornecidas pela CONTRATANTE;
b) inspeção visual e técnica preliminar do local;
c) pesquisa acústica da rede de distribuição por meio de geofone eletrônico;
d) utilização de equipamentos complementares, como correlaciona dores de ruído, hastes de escuta e demais instrumentos necessários;
e) identificação e localização do ponto provável de vazamento;
f) marcação ou indicação do local identificado para posterior execução dos reparos pela equipe responsável;
g) registro das informações técnicas obtidas durante a inspeção;
h) elaboração e entrega de relatório técnico referente aos serviços realizados.

A CONTRATADA deverá utilizar metodologia compatível com as características da rede, do local e das condições operacionais existentes, empregando técnicas que proporcionem a maior precisão possível na identificação dos vazamentos.

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

3. Atendimento das solicitações

Os serviços serão solicitados pela CONTRATANTE por meio de Ordem de Serviço ou outro instrumento formal definido pela Administração.

A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento no prazo estabelecido no Termo de Referência ou na respectiva Ordem de Serviço, considerando a urgência e a natureza da ocorrência.

Nos casos classificados como emergenciais, a CONTRATANTE poderá estabelecer prazo diferenciado para atendimento, conforme a necessidade do serviço público.

4. Relatório técnico

Após a conclusão de cada atendimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico contendo, no mínimo:

- Identificação da Ordem de Compra;
- Data e horário da execução;
- Local e trecho da rede inspecionado;
- Metodologia e equipamentos utilizados;
- Identificação do vazamento, quando localizado;
- Indicação precisa do ponto identificado;
- Estimativa de profundidade, quando tecnicamente possível;
- Coordenadas geográficas, quando aplicável;
- Registro fotográfico, quando possível;
- Observações e recomendações técnicas pertinentes.

O relatório deverá ser entregue à CONTRATANTE em formato físico ou digital, conforme definido pela fiscalização do contrato.

5. Obrigações relacionadas à execução

A CONTRATADA será responsável por disponibilizar todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo:

- Mão de obra especializada;
- Equipamentos de geofonamento;
- Equipamentos auxiliares;
- Veículos;
- Ferramentas;
- Combustíveis;
- Equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Materiais de consumo;
- Demais recursos necessários à execução dos serviços.

Todos os custos relacionados à mobilização, deslocamento e execução dos serviços deverão estar incluídos nos preços contratados, salvo previsão expressa em contrário no instrumento convocatório.

6. Fiscalização e acompanhamento

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela CONTRATANTE, que verificará:

- O cumprimento das Ordens de Serviço;
- A qualidade e adequação dos serviços executados;
- A utilização dos equipamentos e recursos necessários;
- O cumprimento dos prazos;
- A entrega dos relatórios técnicos;
- A conformidade dos serviços com as especificações contratadas.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.

7. Recebimento dos serviços

Os serviços serão considerados concluídos após a execução das atividades previstas na respectiva Ordem de Serviço e a entrega do relatório técnico correspondente, quando exigido.

A CONTRATANTE poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços que apresentarem falhas, inconsistências ou desconformidades com as especificações contratadas, devendo a CONTRATADA realizar as correções necessárias sem custos adicionais para a Administração.

8. Prazo de execução

A contratação terá vigência de 12 meses, contado da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de início, conforme definido no edital e no instrumento contratual.

A contratada terá o prazo de 10 dias para iniciar a prestação de serviço, após a emissão de ordem de compra ou documento equivalente.

Os serviços serão executados durante a vigência contratual, de acordo com as demandas da CONTRATANTE e os quantitativos estimados na contratação.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Identificação dos responsáveis pela gestão e fiscalização:

Gestor: Flavio Dockhorn.

Cargo/Função: Diretor Geral do Semae

Fiscal: Será o Engenheiro Sanitarista Diego Smanhotto.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados conforme a efetiva execução do objeto, mediante atesto do fiscal do contrato, observadas as condições previstas no edital e no contrato.

A Empresa precisara emitir nota fiscal e enviar pelo e-mail semae@prefcedro.sc.gov.br

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Modalidade da Licitação

■ Pregão

☐ Concorrência

12.2. Forma de Realização

■ Eletrônica (regra geral – art. 17 da Lei nº 14.133/2021)

☐ Presencial

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por lote, utilizando o sistema auxiliar de registro de preços, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

A escolha pelo pregão eletrônica se deve pela praticidade e agilidade do processo, como também a forma eletrônica tende a inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam o processo, como ocorre de maneira frequente na forma eletrônica. Além do mais a forma eletrônica também cumpre o fim único de toda licitação, que é a escolha da proposta mais vantajosa para a administração, observando o princípio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos.

Outrossim, salienta-se que a modalidade eletrônica não foi extinta nem revogada, podendo ser utilizada de forma justificada.

12.3. Tratamento Diferenciado para MEI / ME / EPP

☐ Licitação exclusiva para MEI/ME/EPP (itens ou lotes até R$ 80.000,00)

■ Não exclusiva *(exige justificativa)*

Valor total do item superior A R$ 80.000,00.

12.4. Benefício ao Comércio Local

☐ Aplicável *(comprovação mínima de 3 empresas do ramo sediadas no Município)*

■ Não aplicável

12.5. Subcontratação

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a contratada executar diretamente todos os serviços e/ou fornecimentos previstos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Verificou-se que não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação, tendo em vista que os serviços de geofonamento constituem um conjunto integrado de atividades, cuja execução exige planejamento, coordenação e responsabilidade técnica unificada.

A eventual divisão do objeto entre diferentes contratadas poderia ocasionar dificuldades na gestão e fiscalização contratual, divergências quanto à metodologia empregada, incompatibilidade entre os relatórios técnicos apresentados, além de possíveis conflitos na definição de responsabilidades pelos serviços executados, comprometendo a eficiência e a qualidade dos resultados esperados.

Além disso, a execução por uma única empresa assegura a padronização dos procedimentos, a utilização de metodologia uniforme, a integração entre equipe técnica e equipamentos especializados, maior agilidade no atendimento das Ordens de Serviço e melhor controle da Administração sobre a execução contratual.

Ressalta-se que o objeto é indivisível do ponto de vista funcional, uma vez que a prestação dos serviços envolve atividades interdependentes que devem ser executadas de forma coordenada para garantir a correta identificação dos vazamentos e a confiabilidade dos resultados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único (preço global) é a alternativa que melhor atende ao interesse público, proporcionando maior eficiência operacional, simplificação da gestão e fiscalização do contrato, economicidade administrativa e segurança na execução dos serviços, sem restringir a competitividade do certame, considerando que há número suficiente de empresas aptas a executar integralmente o objeto licitado.

14. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLAGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

O município de São José do Cedro/SC, não possui um catálogo eletrônico de padronização próprio, desta forma foi realizada uma pesquisa no catálogo eletrônico de padronização do governo federal, onde foi constatado que não existe um descritivo compatível com o objeto que se pretende licitar. Portanto para esta contratação, será utilizado um descritivo próprio, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R$ 108.900,00.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com os preços praticados no mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 7.497/2022, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São José do Cedro – SC, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A pesquisa de preços foi realizada mediante solicitação de orçamentos diretamente a três empresas especializadas na prestação dos serviços objeto da contratação. Considerando a especificidade dos serviços e a disponibilidade de fornecedores aptos à sua execução, adotou-se como referência para a estimativa o menor valor dentre os orçamentos válidos obtidos, em conformidade com os critérios estabelecidos pela legislação aplicável.

Dessa forma, entende-se que os valores representam adequadamente a realidade de mercado, observando os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2026

ANEXO III

PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

Dados da empresa:
Razão Social:

Município de São José do Cedro
Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, Centro - CEP: 89.930-000
Email: administracao@prefcedro.sc.gov.br
Tel/Fax: (49) 3643-6300

CNPJ:
Endereço:
Telefones:
E-mail institucional:
Dados bancários:

<u>Responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:</u>
Nome:
CPF:
Cargo:
Endereço:

Item	Qntd	Und	Marca	Descrição	Valor unitário	Valor total

Validade da proposta:
Prazo de entrega:
Demais informações, caso o edital requeira.

Declaro que o preço e demais informações desta proposta compreendem todas as despesas referentes ao objeto do presente certame.

_____, dia ____ de _____ de 2026.

_____
Nome do responsável e assinatura
Nome da empresa
CNPJ nº
Carimbo da empresa